

HYPOLITA: A HISTÓRIA DE UMA MULHER NEGOCIANDO SUA LIBERDADE NO CRATO (CEARÁ) E NO EXU (PERNAMBUCO) OITOCENTISTA

Antonia Márcia Nogueira Pedroza *

Muirakytan K. de Macêdo **

Propomo-nos, neste trabalho analisar alguns indícios da história de Hypolita. Esta mulher nascida de ventre livre, recebeu o nome cristão de Hypolita Maria das Dores, mulata, viúva de um escravo, cujo nome não conhecemos, tendo contraído em 1858 um segundo matrimônio com Galdino, homem livre. Filha de Maria das Dores, forra, e de Francisco Pillé, homem livre. Neta de Antonia, cabra, escrava, e de um homem livre e rico (não conseguimos identificar seu nome) e bisneta de Geraldo, homem livre. Nasceu em 1823, em um lugar chamado margens do Rio São Francisco, pequeno povoado localizado na Província de Pernambuco. Nossa personagem nasceu e foi batizada, portanto, como pessoa livre, condição que se irá demonstrar precária, como veremos; Hypólita teve por madrinha Dona Joana Paula de Jesus, mãe da órfã Ana. Viveu livremente os primeiros anos da infância em margens do Rio São Francisco, ao lado de seus pais; ainda era criança quando Dona Joana decidiu mudar-se com a família para o Exu.

Segundo os documentos que consultamos, Maria, desejando uma melhor educação para a filha, permitiu que Hypolita fosse morar com a madrinha, Dona Joana. A partir daqui começa o drama de nossa personagem. Ana casou-se com João Pereira de Carvalho, morador do Crato e ele escravizou Hypolita. Em 1856, ela recorreu à justiça da cidade do Crato, tentando provar e reaver a sua liberdade e a de seus cinco filhos: Rafael, Gabriel, Maria, Daniel e Pedro; Não obtendo sucesso, fugiu para o Exu e tentou a justiça de Ouricuri, Província de Pernambuco. O processo durou quase três anos ganhando repercussão nas páginas do jornal *O Araripe*. Por meio desse veículo de comunicação, acompanhamos, em grandes traços, sua vida, a de seus parentes e a de pessoas de seu convívio.

O principal objetivo deste trabalho consiste em compreender como se estabelecem as solidariedades e tensões em um processo de ação de liberdade que transcorre em localidades próximas de duas províncias vizinhas. Para tanto, utilizaremos textos do jornal *O Araripe*, um periódico que foi ativo no Crato de 1855 a 1864. Numa abordagem que se insere no campo da história social das mulheres, Hypolita é tomada como sujeito de sua história, que

* Mestranda em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN. Email: marciahistoria@bol.com.br

** Professor Doutor do Programa de Pós-Graduação em História da UFRN.

luta pela sua liberdade e pela liberdade de seus filhos, enfrentando valores senhoriais e patriarcalistas em uma sociedade escravocrata.

Durante muito tempo, a mulher - objeto e sujeito da História - foi silenciada nas pesquisas históricas. Não raro, foi percebida como vítima, passiva, sem autonomia e, quando se trata da mulher escrava, essa situação se agravava. A partir da década de 1970, os debates a respeito da mulher ganharam amplitude com o feminismo e a discussão de gênero. Michelle Perrot, em trabalho sobre os excluídos da história, reflete a respeito dos poderes das mulheres e da contribuição do feminismo na legitimidade desses poderes. De acordo com a historiadora,

a pesquisa feminina recente por vezes contribuiu para essa reavaliação do poder das mulheres. Em sua vontade de superar o discurso miserabilista da opressão, de subverter o ponto de vista da dominação, ela procurou mostrar a presença, a ação das mulheres, a plenitude dos seus papéis, e mesmo a coerência de “cultura” e a existência dos seus poderes. (PERROT, 1988, p. 169-170)

Essa autora enfatiza que a afirmação dos poderes das mulheres na luta política do feminismo, induziu uma tendência de inversão na historiografia. A ascensão vitoriosa do matriarcado era uma delas. O tema outrora silenciado passou, portanto, a ganhar destaque nas pesquisas dos historiadores; essa inversão “corresponde sem dúvidas a uma fase de reavaliação eufórica da história das mulheres e, ao mesmo tempo, à descoberta do prazer do convívio feminino”. (PERROT, 1988, p. 172)

A discussão de gênero também contribuiu para pôr fim ao silêncio das mulheres nas pesquisas históricas. Ela emergiu com o feminismo, na década de 1970, teorizando o problema da diferença sexual. A historiografia passou a explorar novas temáticas, novas fontes, o que resultou em novas maneiras de escrever a história. Isso permitiu ao historiador perceber fontes ou métodos ainda não explorados, mas riquíssimos para a compreensão de muitos momentos históricos por elas vivenciados. Assim, o gênero ganha um novo vigor e refinamento em seus debates. Por exemplo: o binarismo que colocava a mulher em oposição ao homem, com um sentimento de revanche (característica marcante do feminismo), não é compatível com a discussão de gênero. Rachel Soihet, em um estudo sobre a história das mulheres, analisa a questão do gênero. De acordo com ela,

o gênero se torna, inclusive, uma maneira de indicar as ‘construções sociais’_ a criação inteiramente social das idéias sobre os papéis aos homens e as mulheres. ‘O gênero’ sublinha também o aspecto relacional entre as mulheres e os homens, ou seja, que nenhuma compreensão de qualquer um dos dois pode existir através de um estudo que os considere totalmente em separado. (SOIHET, 1997, p. 279)

Nas últimas décadas, essas construções sociais indicadas pela autora vêm sendo evidenciadas no constante crescimento de estudos específicos, voltados para o papel social da mulher. O livro de Maria Odila Dias, intitulado *Quotidiano e poder: em São Paulo no século XIX*, está inserido nesse conjunto de trabalhos historiográficos que analisam sob novas perspectivas as histórias das mulheres. A partir de processos criminais, Maria Odila Dias reconstrói o cotidiano das mulheres pobres, livres ou escravas em São Paulo no Século XIX. No entanto, a historiadora não interpreta essas mulheres como simples vítimas dos homens ou da história, mas como construtoras de suas próprias histórias, uma vez que conquistaram sua sobrevivência e a de seus dependentes a partir de suas práticas de trabalho informal e das relações que estabeleciam com a vizinhança.

Na história de Hypolita, foram as relações que ela estabeleceu com as pessoas livres do Crato, Exu e de outras localidades que fizeram a diferença, potencializando sua luta pela liberdade. Como afirmou Sidney Chalhoub, na esfera do Direito os cativos não podiam fazer muita coisa sem o auxílio de um homem livre, pois não tinham direitos civis e logo estavam legalmente incapacitados de agir judicialmente sem a presença de um curador. (CHALHOUB, 1990, p. 108-109) A publicidade do caso de Hypolita possibilitou que pessoas livres testemunhassem a seu favor, que moradores do Crato e do Exu enviassem correspondências, publicadas no jornal sobre a sua história e que ela recebesse abrigo de pessoas livres, quando fugiu da casa de seu proprietário.

Hypolita Maria das Dores foi mencionada pela primeira vez no jornal *O Araripe*, em três de maio de 1856, no número 46. Na parte dedicada aos anúncios, os irmãos Luis Pereira de Alencar e Gualter Martiniano d' Alencar Araripe, moradores no Exu, denunciaram a escravização ilegal de Hypolita. Eles foram os curadores de Hypolita, na ação de liberdade que ela moveu contra seu proprietário, João Pereira de Carvalho. Embora fosse primo legítimo dos dois irmãos, a quem Hipólita solicitou auxílio, João Pereira era inimigo deles.

Segundo os irmãos Gualter e Luis Pereira, João Pereira, com o maior “escândalo e astúcia”, teria reduzido Hypolita à condição de escrava, mesmo sendo ela filha de uma mulher liberta. A se crer na acusação, a veracidade dessa última informação fazia de Hypolita uma mulher livre e não uma mulher liberta ou escrava. Como sabemos, no período colonial e imperial, o que definia a condição jurídica do rebento era o ventre da mãe. O filho nascido de uma mulher escrava, pelo menos até a Lei do Ventre Livre, de 1871, era legalmente um escravo, e o filho nascido de uma mulher liberta ou livre era uma pessoa livre perante a lei; daí a convicção com que os irmãos Luís Pereira e Gualter defendiam a liberdade de Hypolita.

Segundo os relatos jornalísticos d'*O Araripe*, sensibilizados com a infeliz condição de escrava a que a mulata era submetida, Gualter e Luís Pereira mandaram buscar os documentos comprobatórios de sua liberdade em margens do Rio São Francisco, lugar do nascimento de Hypolita. Esse é o primeiro de muitos números de *O Araripe* a mencionar sua história. Durante quase três anos, entre 1856 e 1858, a luta de Hypolita pela liberdade teve espaço nas páginas do Jornal. No número referido acima, os irmãos Gualter e Luís Pereira colocaram-se na posição de defensores da causa de Hypolita. Essa é uma informação relevante de nossas fontes. Mas as fontes não estão informando tudo.

É preciso não perder de vista a subjetividade envolvida na produção de cada documento. Essas fontes foram produzidas pelas pessoas que viveram no período em questão, pessoas providas de intencionalidades. Sendo assim, faz-se necessário questionar tudo o que está dito, ler silêncios, lacunas e entrelinhas, enfim, problematizar o documento. Sendo assim, formulamos a hipótese de que os interesses dos irmãos não estavam voltados apenas para a defesa da liberdade de Hypolita, mas também, ou principalmente, para atingir seu proprietário, o senhor João Pereira, inimigo declarado de Gualter e Luís Pereira.

Se recuarmos um pouco na data da primeira publicação, n'*O Araripe*, que faz referência à Hypolita, no número 38, podemos observar indícios de rivalidade ou inimizade entre João Pereira de Carvalho e os irmãos Gualter e Luís Pereira. Em 29 de março de 1856, pouco mais de um mês antes da publicação do anúncio dos irmãos, acerca da escravização ilegal de Hypolita, João Pereira de Carvalho anunciara em uma publicação os nomes dos irmãos Gualter e Luís Pereira e declarara-os seus únicos inimigos, dirigindo-lhes as seguintes acusações:

Ao publico, e com especialidade a meos fieis parentes e amigos. Amiaçado a ser victima immolada aos caprichos de meos injustos inimigos. os Srs Gualter Martiniano de Alencar, e Luis Pereira de Alencar: sou obrigado a fazer a presente declaração a qual tem por fim manifestar ao publico, que esses Srs procuram por todos os meios descartarem-se de mim, fiseram com que Luciano Pereira Lima vendesse um pedasso de terra de meo sitio a Luis Ferreira Dantas tendo pertencido a patrulha do facinora Moraes de Papacaça està hoje em luta com migo, como instrumento de meos inimigos, os quaes tem sabido procurar-me as intrigas mais perigosas, para ver se dellas tirão o grande partido de que um desalmado como Dantas, ou outro igual me roube a existencia, para levarem a realisação a pretensão que tem de as ficarem com parte de dito meo sitio: se pois ou infelimente for victima dos brutaeís desejos de meos inimigos, o publico fique certo qual o instrumento executor dos tenebrosos planos de meos públicos inimigos, os quaes são unicamente os Srs que a sima menciono. Sitio 22 de Março de 1856. João Pereira de Carvalho.¹

O conteúdo e a data da publicação desse anúncio fornecem-nos sinais de uma rixa (provavelmente relacionada a conflitos familiares envolvendo disputas por terra), entre João Pereira de Carvalho e os irmãos Gualter e Luís Pereira, anterior à denúncia do cativo ilegal de Hypolita realizada no *O Araripe*, pelos referidos irmãos. Nesse anúncio, João Pereira de Carvalho fez graves acusações aos irmãos, atribuindo-lhes a responsabilidade dos males que lhe viessem a ocorrer. Trata-se de um intervalo curto de tempo entre esses dois anúncios. O número 38 trazia essas acusações de João Pereira de Carvalho aos irmãos, e o número 43, a denúncia feita pelos irmãos com relação à escravização ilegal de Hypolita. O jornal era publicado semanalmente, tratando-se então de um intervalo de cinco semanas.

Com base nisso, alguns questionamentos parecem-nos bastante plausíveis: quais foram as razões que levaram os irmãos a se empenharem tanto na luta pela liberdade de Hypolita? Fazer justiça por terem se sensibilizado com a sua escravização ilegal? (Esse é o argumento utilizado pelos irmãos). Vingarse ou atingir o proprietário de Hypolita por causa das acusações desfechadas por ele em anúncio anterior, já mencionado acima? Conflitos familiares anteriores? Disputas por terra? Razões afetivas no que se refere à Hypolita? Interesses em utilizar a mão de obra de Hypolita na produção de queijo dos irmãos? (Acusação feita aos irmãos Gualter e Luís Pereira por um dos filhos de João Pereira, o senhor João Pereira de Carvalho Filho e publicada no número 85 de *O Araripe*, em 7 de março de 1857).

As trocas de acusações continuaram e outros nomes foram sendo citados, conferindo complexidade à história. Essas pessoas escreveram para o jornal defendendo-se, discorrendo sobre a situação de Hypolita e de seus filhos e proferindo novas acusações. Em certos momentos, a querela entre alguns dos grandes proprietários de Crato e de Exu tornou-se tão intensa que o foco em Hypolita parece-nos perder-se, o que nos conduz a realizar outros questionamentos: teria sido Hypolita apenas uma pequena peça de um grande conflito entre esses proprietários? Teria sido Hypolita uma grande estrategista, que buscou, conscientemente, o auxílio das pessoas certas em sua luta pela liberdade? Ou foi apenas um golpe de sorte?

Não vamos, aqui, divagar acerca da sorte de Hypolita; entretanto, quanto ao primeiro questionamento, existem muitos sinais de que os irmãos Gualter e Luís Pereira lançaram, sim, mão de Hypolita como “arma de guerra para atacar o inimigo”. Esses sinais aparecem durante o período de quase três anos de publicações no Jornal, por meio das quais esses proprietários trocaram acusações entre si, fazendo uso da história de Hypolita como “pano de fundo”. Essa interpretação, pensada isoladamente, pode dar a entender que estamos colocando Hypolita em

posição de passividade, o que não se confirma: os indícios também apontam para as estratégias de liberdade utilizadas por Hypolita.

Em *Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte*, Sidney Chalhoub analisa várias histórias de escravos e, assim, revela suas estratégias para obter a liberdade. O autor reconstitui pequenas histórias, procurando compreender a atuação e o movimento dos indivíduos no processo de libertação. É a partir dessas que ele pensa em uma lógica maior, envolvendo as mudanças ocorridas nos últimos anos da escravidão. Com relação às estratégias utilizadas por Hypolita, ela soube fazer uso da querela existente entre seu proprietário e outros senhores, do Crato e do Exu, em favor de sua liberdade. Bem relacionada com pessoas livres, mais uma estratégia de liberdade, recebeu o apoio das pessoas certas: os irmãos já mencionados, o padre Ferreira Lima-Verde, do Crato, um vigário de Exu, o senhor José Modesto Pereira de Brito e seu pai, Francisco Pillé, que conseguiu o depoimento de vários moradores do povoado de margens do Rio São Francisco para testemunharem em seu favor na ação de liberdade.

Uma questão essencial para entender a história de Hypolita é pensar nas fronteiras entre a liberdade e a escravidão. Como foi possível uma mulher que nasceu livre tornar-se escrava? Sidney Chalhoub (1989), analisando a realidade na capital do Império, discute as cenas da cidade negra: a cidade torna-se um esconderijo e nela dificilmente se podem distinguir os negros livres dos negros escravos. Essa realidade facilitava a fuga de escravos e possibilitava que esses escravos vivessem na cidade passando-se por pessoas livres. Isso também permitia que pessoas livres e libertas fossem confundidas com escravos, chegando a serem escravizadas ou reescravizadas.

O argumento da cidade-esconderijo não se aplica à realidade do Crato e não explica a escravização ilegal de Hypolita. O Crato nem era uma grande urbe, nem tinha uma vida urbana intensa. De acordo com informações obtidas no Mapa Estatístico da Província do Ceará, de Thomaz Pompeu de Sousa Brasil, em meados do século XIX, o Crato contava com uma população de 19.575 habitantes; desses, 18.184 eram livres. Nesse período, havia no Crato 665 mulheres escravas e 726 escravos do sexo masculino, somando um total de 1.391 escravos. (BRASIL, 1997, p. 297) Assim sendo, não podemos comparar a população do Rio de Janeiro à existente no Crato. Com essa pequena população, a última não poderia ser uma cidade-esconderijo, considerando o tamanho reduzido da cidade possibilitar que os moradores se conhecessem. Com base nisso, a indagação se mantém: em uma cidade em que as pessoas se conhecem, como foi possível escravizar uma pessoa livre? Outros questionamentos fazem-

se necessários: no cotidiano da cidade, o que significava ser escravo no Crato no século XIX? E o que significava ser livre e pobre? Existia algum tipo de ambiguidade nessas relações?

As relações entre livres e escravos são marcadas por tensões sociais. N’*O Araripe*, percebemos indícios dessas tensões e disputas. Em agosto de 1856, foi publicado nesse jornal o desgosto de um morador do Crato:

Povo! Vossos legisladores tirão nas villas e cidades o trabalho de vossas mãos e do vosso corpo para entregá-lo aos escravos dos ricos e poderosos, que assim roubão, e as vezes com que deveis cobrir vosso corpo, e dos vossos filhos que gritam com fome.ⁱⁱ

Essa passagem inspira duas observações: a primeira está relacionada com o desemprego de pessoas livres pobres na cidade, realidade que contribuía para que as pessoas livres pobres se submetessem às mesmas atividades desempenhadas pelos escravos, mesmo os serviços mais pesados e degradantes; a segunda indica tensões cotidianas entre livres e escravos – o apelo e o sentimento de desgosto de um homem livre pobre, que disputa o trabalho para o sustento da família com a mão de obra escrava, é publicado nas páginas d’*O Araripe*, revelando-nos conflitos cotidianos entre escravos e livres. Ana Sara Parente Cortez, em dissertação sobre a família escrava no Crato na segunda metade do século XIX, analisa o mundo do trabalho dos escravos e livres pobres. De acordo com ela, não havia uma rígida divisão social do trabalho, “tanto uma categoria como outra realizavam quaisquer ocupações, ou seja, partilhavam o mundo do trabalho.” (CORTEZ, 2008, p. 81)

As habitações dos cativos configuram-se como um elemento adicional no entendimento das relações entre escravos, livres pobres e senhores. Nesse estudo realizado por Cortez nos inventários *post-mortem* do Crato no século XIX, a autora não identificou nos arrolamentos dos bens avaliados, construções nomeadas de senzalas ou com a finalidade de moradia dos cativos, concluindo que no Cariri “não havia senzalas nos moldes das grandes propriedades de escravos.” (CORTEZ, 2008, p. 85) A ausência de senzalas não constitui-se uma peculiaridade do Crato. Pelo contrário, trata-se de uma realidade demasiadamente comum. Diversos estudos têm revelado escravarias sem senzalas, em algumas situações, até mesmo em plantéis considerados médios ou grandes.

Sheila Faria analisando a realidade dos Campos dos Goitacases também deparou-se com a ausência de senzalas ou quaisquer construções que fizessem referência a moradia dos cativos, nos bens arrolados nos inventários *post-mortem* do século XVIII, mesmo nos inventários de proprietários de quinze ou vinte e cinco escravos. No Crato, um proprietário

possuir um plantel de vinte e cinco escravos era uma exceção; a regra era muitos proprietários com pequenas escravarias. João Pereira, o proprietário de Hypolita compunha essa raridade, no seu inventário foram arrolados vinte e cinco escravos. Apesar do número expressivo, não foram mencionados no documento nenhuma senzala ou construção que referenciasse a moradia de seus cativos. Sheila Faria elabora três hipóteses para explicar a ausência das senzalas nos documentos dos Campos dos Goitacases: a primeira é a de que elas não tinham valor de compra e venda; a segunda é a de que os escravos construía suas próprias habitações; a terceira é a de que os cativos dormiam nas casas de seus proprietários, em espaços diferenciados.

Muirakytan Kennedy de Macêdo em tese de doutorado intitulada *Rústicos Cabedais: patrimônio e cotidiano familiar nos sertões do Seridó (séc. XVIII)*, analisando os inventários *post-mortem*, também constatou a ausência das senzalas nos documentos pesquisados. Para o autor, o reduzido número de senzalas no Seridó pode ser explicado pela pequena quantidade de cativos por plantel. O autor adverte ainda para uma prática atual nas relações de trabalho que assemelha-se ao período escravocrata e pode ajudar a compreender o silêncio nos documentos patrimoniais sobre as habitações dos escravos. Lembra o autor que “até os dias de hoje encontramos compartimentos anexos à casa grande onde dormem trabalhadores solteiros junto a instrumentos de trabalho e produtos da terra armazenados nesses quartos-galpões”. (MACÊDO, 2007, p. 189)

Certamente, essa é uma interpretação plausível e aplicável à realidade do Crato no século XIX, pelo menos para uma parte dos plantéis, mas não para todos. De acordo com Cortez “é bastante factível a existência de construções muito rudimentares nas quais viviam os escravos do Cariri.” (CORTEZ, 2008, p. 85) A autora levanta essa hipótese com base nos seus estudos do periódico cearense “O Pão”.

Esse mundo do trabalho partilhado, escravos e livres trabalhando nas mesmas atividades e recebendo tratamento semelhante ou equivalente, criava um contexto propício para as ambiguidades. No número 44, de 10 de maio de 1856, na semana seguinte do primeiro anúncio publicado no *Araripe* denunciando a escravização ilegal de Hypolita, João Pereira de Carvalho defendeu-se das acusações, negando que Hypolita fosse uma mulher livre e replicando com novas acusações aos irmãos:

Mui compadecidos estão hoje os Srs. Annunciantes pelo jugo da escravidão, como disem no seo manifesto; e porque não se compadeceram d’aquellas tres miseras filhas de Antonio Felipe morador na Carnahiba do Exú, que o Sr Gualter suffocou ahi uma noite na qualidade de juiz de e as foi entregar jungidas a Antonio Pedro d’ Alcantara, ahi nesse mesmo Crato, para ganhar a redicula quantia de 2004\$ reis, [...]



Porque não se teem compadecido da pobre Luiza que seo cunhado Cornelio ainda mesmo depois de ter sabido, que não era cativa, a quis dar em dote a huma das suas filhas, e a subjuga como escrava? [...] porque não se compadeceram da infelís Maria Cotêa, que ela no Exú surraram um anno destes; da inofensiva Jozefa do Theodosio, que levarão a bolos de mãos sobre huma mesa; de Rimunda de tal, a quem depois de cortarem o cabelo, e surrarem sem piedade, infringiraõ hum castigo sò usado nos tempos bárbaros isto é, quebrado-lhe dente por dentes; de Delfina de tal, e de Theresa Murixaha, que quase exuira a golpe de chicote; [...] porque se não compadecerão dos miseráveis Gonçalo Boquinha, e Antonio Francisco, e Antonio Bernardo, e do pardo Bonifacio, que ali foram açoutados e espancados; [...] do filho do velho Geraldo torto que pagou com a vida hum bode e hum peru, que a miseria o fes comer; [...] e em fim de huma infinidade de outras victmas da oligarchia do Exú [...].ⁱⁱⁱ

Essas são algumas das muitas acusações feitas por João Pereira aos irmãos Gualter e Luís Pereira. Um universo de tensão, violência e ambiguidade é desvelado nas páginas de *O Araripe*. As cenas de violência contra escravos e livres pobres, descritas por João Pereira, são indícios de um cotidiano, se não semelhante, pouco diferente entre livres pobres e escravos: os primeiros, vivendo na miséria, sendo espancados e escravizados e os últimos, recebendo castigos excessivos.

Em uma das acusações, João Pereira perguntou por que o senhor Gualter não se compadeceu de Luiza, pessoa livre, que Cornélio, cunhado de Gualter, escravizou, tentando, ainda, entregá-la como dote para uma de suas filhas. Cacilda Machado (2008), no livro *A trama das vontades: negros, pardos e brancos na construção da hierarquia social do Brasil escravista*, realiza um estudo demográfico, econômico e social sobre a freguesia de São José dos Pinhais no início do século XIX. Ela reconstitui trajetórias domiciliares cruzando listas nominativas com registros paroquiais e analisa os cálculos senhoriais que incluía a doação de escravos como dote para as filhas. De acordo com a autora,

a transferência de cativos, por escravistas, para as casas dos filhos expressa um cálculo senhorial que pode ter sido recorrente na lógica das partilhas. [...] Há, pois, nesses casos, a confirmação da prática de transferir escravos, ainda crianças ou jovens, para seus descendentes (como dote, certamente), a fim de ajudar a constituir novos plantéis, e também uma certa preocupação em privilegiar a filha solteira, por ocasião da partilha dos escravos a serem herdados. (MACHADO, 2008, p. 103)

Essa prática de doar escravos, ainda crianças ou jovens, para os filhos e filhas foi comum para escravistas, donos de pequenos plantéis. Garantia a possibilidade de os filhos construírem algum patrimônio, nos casos em que os pais não possuíam uma herança considerável para deixar-lhes. Nesse momento, mais importante do que analisar a prática da doação de escravos como dote é refletir sobre a acusação feita quanto à tentativa de doar Luiza, uma mulher livre, como dote para a filha de Cornélio, cunhado de Gualter. Não

analisaremos a história de Luiza, mas esse fato fortalece a nossa hipótese de uma estreita diferenciação social entre escravos e livres pobres e da existência de relações ambíguas no Crato. Além disso, ajuda-nos a compreender o contexto da realidade dessa cidade que possibilitou a escravização de Hypolita, posto que ela era uma pessoa, legalmente, livre.

No jornal, existem duas versões para a história de Hypolita: uma, que afirma sua liberdade, é defendida por ela e seus protetores; a outra, que a coloca em condição de escrava, é a versão defendida por João Pereira, seus filhos e seu genro, o senhor João Evangelista. O jornal publicou correspondências e protestos das duas partes envolvidas, mas as partes do processo, transcritas e publicadas n'*O Araripe*, destacam a comprovação da liberdade de Hypolita. Foram transcritos e publicados n'*O Araripe*: ofícios, declarações, depoimentos, petições, certidões, e a sentença do juiz. Podemos depreender o caminho burocrático da ação de Hypolita se seguirmos a processualística apresentada por Keila Grinberg, no trabalho intitulado *Liberata: a lei da ambiguidade, as ações de liberdade da corte de Apelação do Rio de Janeiro no século XIX*. A sequência dos acontecimentos numa ação de liberdade, na primeira instância, era a seguinte:

1. Petição do escravo requerida por um curador; assinada por qualquer homem livre.
 2. Nomeação do curador; mandado de apreensão e depósito do escravo.
 3. Citação do senhor e das testemunhas.
 4. Requerimento de audiência, feito pelo curador.
 5. Apresentação de libelo cível (primeiras razões) do escravo, ass. pelo curador.
 6. Resposta (ou contrariedades) do réu, assinada por ele mesmo ou por seu advogado.
 7. Inquirição das testemunhas.
 8. Autos conclusos pelo juiz.
 9. Sentença.
 10. Embargos interpostos pela parte perdedora.
 11. Embargos aceitos ou não pelo juiz.
 12. No caso de os embargos terem sido aceitos, nova sentença.
 13. Apelação: se a sentença tiver sido contrária à liberdade, o juiz apelará ex-officio; se for favorável, a apelação será interposta pelo senhor.
 14. Autos enviados ao tribunal de relação.
- (GRINBERG, 2008, p. 73)

No processo de liberdade de Hypolita, suas testemunhas declararam que antes de Hypolita ir morar com a madrinha, ela teria vivido os primeiros anos de sua infância em margens do Rio São Francisco, lugar de seu nascimento, como pessoa livre. Somadas todas as provas da sua liberdade e de seus filhos, depoimentos e documentos escritos, o juiz municipal do termo de Ouricuri, João Antunes Correia Lima Wanderley, determinou a sentença da ação de liberdade, que foi transcrita e publicada no *O Araripe*, no número 162, de 2 de outubro de 1858:

Mando que em virtude do requerimento junto seja Hypolita Maria das Dores mantida na posse e gozo de sua liberdade visto ter mostrado ser effectivamente livre por documentos que apresentou, e seja este mandado entimado a quem interessar possa, para que nenhuma violência, ou acto qualquer se pratique que tenha

por fim impedir o gozo da liberdade da referida Hypolita. Cumprão. Exú 30 de Agosto de 1858.^{iv}

Se a história terminasse nesse momento, certamente poderíamos afirmar que Hypolita foi vitoriosa em sua causa. Em agosto de 1858, Hypolita e seus filhos foram considerados pessoas livres, na ação de liberdade que ela movia, com o auxílio de seus curadores, os irmãos Gualter e Luíz Pereira, contra João Pereira. Porém, a história não se encerra ainda. Nesses casos, em ações de liberdade de escravos, era comum os autos dos processos chegarem ao Supremo Tribunal da Justiça, terceira e última instância, em que é declarada uma sentença definitiva.

Por ora, para finalizar, é preciso mencionar que este estudo compreende apenas a primeira instância da ação de liberdade de Hypolita. Deste modo, identificamos e analisamos alguns acontecimentos de sua vida: a realidade local que possibilitou a sua escravização, a negociação da sua liberdade e a dos seus filhos, os conflitos travados com João Pereira, os conflitos entre os grandes proprietários de Crato e de Exu, envolvendo sua história, mas também por razões anteriores à sua luta pela liberdade. Reconstituímos parte da sua ascendência, identificando seus pais, avó e bisavô, e sua descendência. Em suma, reconstituímos traços da vida de Hypolita; entretanto, muitos outros fragmentos continuam no obscuro, ainda por se revelar: Hypolita terá conquistado em outras instâncias, a sua liberdade e a dos seus filhos? Afinal, o que aconteceu com Hypolita? Como disse o poeta Rainer Maria Rilke, “as coisas estão longe de ser todas tangíveis e dizíveis quanto se nos pretenderia fazer crer.” (RILKE, 2001, p. 25) Rilke referia-se às palavras de crítica às obras de arte; nós pensamos o processo histórico. Procuramos, neste estudo, historicizar fragmentos da vida de Hypolita.

REFERÊNCIAS

- BRASIL, Thomaz Pompeu de Sousa. *Ensaio Estatístico da Província do Ceará*. Tomo I. Edição fac-similar (1863). Fortaleza: Fundação Waldemar de Alcântara, 1997.
- CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade: uma história das últimas décadas na escravidão da corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- CORTEZ, Ana Sara Ribeiro Parente. *Cabras, caboclos, negros e mulatos: a família escrava no Cariri Cearense: (1850-1884)*. Dissertação (Mestrado em História Social), Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2008.
- DIAS, Maria Odila L. da Silva. *Quotidiano e poder: em São Paulo no Século XIX*. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1995.

FARIA, Sheila de Castro. *A Colônia em movimento: fortuna e família no cotidiano colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

GRINBERG, Keila. *Liberata: a lei da ambiguidade as ações de liberdade da corte de apelação do Rio de Janeiro no século XIX*. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2006.

MACHADO, Cacilda. *A trama das vontades: negros, pardos e brancos na construção da hierarquia social do Brasil escravista*. Rio de Janeiro: Apicuri, 2008.

MACÊDO, Muirakytan Kennedy de. *Rústicos Cabedais: patrimônio e cotidiano familiar nos sertões do Seridó (séc. XVIII)*. Tese (Doutorado em Ciências Sociais), Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2007.

PERROT, Michelle. *Os excluídos da história: operários, mulheres, prisioneiros*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

RILKE, Rainer Maria. *Cartas a um jovem poeta*. 2. ed. São Paulo: Global, 2001.

SOIHET, Rachel. História das Mulheres. In. CARDOSO, Ciro Flamarion & VAINFAS, Ronaldo (orgs.). *Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Ed. Elsevier, 1997.

Notas

ⁱ Fonte: jornal O Araripe, Crato. 29- 03- 1856. N°. 38. Pág. 4. Acervo da Biblioteca Pública Governador Menezes Pimentel (BPGMP). Obs.: todas as transcrições utilizadas neste artigo foram realizadas na íntegra, respeitando a ortografia do século XIX.

ⁱⁱ Fonte: jornal O Araripe, Crato. 16- 08- 1856. N°. 57. Pág. 1. Acervo da Biblioteca Pública Governador Menezes Pimentel (BPGMP).

ⁱⁱⁱ Fonte: jornal O Araripe, Crato. 10- 05- 1856. N° 44. Págs. 3 e 4. Acervo da Biblioteca Pública Governador Menezes Pimentel (BPGMP).

^{iv} Fonte: jornal O Araripe, Crato. 02- 10- 1858. N°. 162. Pág. 4. Acervo da Biblioteca Pública Governador Menezes Pimentel (BPGMP).